



Andre Corrêa - Agência Senado

CARF

CARF mantém CIDE sobre royalties pagos ao exterior, mas exclui ISS da base de cálculo

Publicado em 05/01/2026 às 15:19  19

Tempo de leitura: 2 minutos



Compartilhar matéria

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) decidiu, por maioria, manter parcialmente a cobrança da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) sobre remessas feitas por empresa brasileira à sua controladora no exterior, a título de royalties. Por outro lado, o colegiado excluiu o ISS da base de cálculo da contribuição.

A controvérsia girava em torno da qualificação jurídica dos pagamentos realizados pela empresa brasileira à sua controladora nos Estados Unidos, relacionados à exploração comercial de espaços publicitários virtuais. A contribuinte alegava que atuava apenas como intermediadora entre anunciantes locais e a controladora estrangeira, não explorando, por conta própria, qualquer direito de propriedade intelectual.



Clique aqui e entre no nosso canal de notícias do Whatsapp

Para a fiscalização, entretanto, os pagamentos configuravam remuneração por cessão onerosa do direito de exploração de ativos intangíveis, como marcas, softwares e ferramentas tecnológicas. Com base em contratos intercompany e farta documentação, o Fisco sustentou que a empresa brasileira era parte contratante dos espaços publicitários e detinha direitos licenciados de propriedade intelectual necessários à prestação do serviço no Brasil.

A maioria dos conselheiros acompanhou o voto do relator, que afastou a preliminar de nulidade e reconheceu que as remessas se enquadravam no conceito legal de royalties. Segundo o relator, a relação contratual analisada evidenciava uso, fruição e exploração de ativos intangíveis pela empresa brasileira, atraindo a incidência da CIDE nos termos do artigo 2º da Lei nº 10.168/2000 e dos artigos 22 e 23 da Lei nº 4.506/1964.

O voto condutor também confirmou a jurisprudência vinculante do CARF (Súmula nº 158), que determina a inclusão do IRRF na base de cálculo da CIDE, mas afastou a inclusão do ISS, por ausência de previsão legal nesse sentido. Assim, deu provimento parcial ao recurso voluntário da contribuinte, excluindo apenas o ISS da base de cálculo da contribuição.

Divergência foi aberta por determinada conselheira, que votou pelo provimento total do recurso e pelo cancelamento da autuação. Para ela, a empresa brasileira não detinha exclusividade, poder de disposição ou controle sobre os direitos de propriedade intelectual, configurando mera revendedora de espaço publicitário, sem ocorrência do fato gerador da CIDE.

Com a decisão, o processo segue com a exclusão do ISS da base de cálculo, mas mantém a exigência da CIDE sobre as remessas classificadas como royalties.

Fonte: Rota da Jurisprudência – APET

Referência: Acórdão CARF nº 3101-004.179

3ª SEÇÃO/1ª CÂMARA/1ª TURMA ORDINÁRIA

Data da publicação do acórdão: 29/12/2025

CLIQUE AQUI e faça o download da decisão

Tags:

Google Ads

espaço publicitário virtual

propriedade intelectual

intercompany

remessas ao exterior

publicidade digital

royalties

CIDE

ISS

base de cálculo

IRRF

Carf

CURSOS DA APET



**Fusões e Aquisições:
Aspectos Tributários,
Societários e Contábeis
– 22/04/2026**



**Curso De Especialização
– Reforma Tributária: IBS
e CBS na Constituição e
na Lei Complementar –
03/03/2026**



**Curso de Especialização
em Imposto de Renda
das Empresas (CSLL e
Normas de
Contabilidade – IFRS) –
Turma – 14 – 10/03/2026**



**Curso de Extensão: IRPF
na Prática – Como
declarar o Imposto de
Renda Pessoa Física –
13/04/2026**

Notícias Relacionadas

CARF

👁 12

**Tese repetitiva do STJ
garante exclusão de
incentivos de ICMS da**

CARF

👁 140

**CARF reafirma
tributação de lucros no
exterior mesmo com**

CARF

👁 109

**Voto de qualidade
mantém autuação fiscal
por simulação em**

base de cálculo de
tributos federais

tratados contra
bitributação

planejamento tributário
no setor industrial



Revista de Jurisprudência Tributária em Movimento

Navegação

Decisões

Judiciais

STF

STJ

Decisões

Administrativas

CARF

Receita

Federal

TIT-SP

Outras seções

Coluna do Rota

Comentário

Editorial

Reforma

Tributária

Rota da

Contabilidade

Institucional

Quem Somos

Princípios

Editoriais

Política de

Privacidade

Termos e

Condições de

Uso

Contato

rota@apet.org.br

(11) 3105-6191

